



ESPECIAL

Escolas de Direito

NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

A Inteligência Artificial (IA) está a obrigar o sistema de ensino a refletir sobre a formação jurídica que deve ser oferecida às novas gerações de profissionais do Direito. A resposta aos desafios da era tecnológica passa pela inovação, com destaque para a criação de novas disciplinas e unidades curriculares nos cursos conferentes de grau e pelo aumento da oferta especializada e formação avançada.

TENDÊNCIAS

Inteligência Artificial obriga universidades a repensar formação ■ P2

ESCRITÓRIOS DE ADVOGADOS

Escolas e sociedades unem-se para dinamizar mercado ■ P4

JE TALKS

Manuel Fontaine Campos
Diretor da Escola do Porto da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa

“Inteligência Artificial? O Direito terá de se adaptar” ■ P8



FÓRUM

Como está a sua Escola a preparar os futuros advogados para exercerem numa sociedade cada vez mais digital? ■ P10

TENDÊNCIAS

Inteligência Artificial obriga universidades a repensar formação

O Jornal Económico publica na edição desta semana um Especial dedicado às Escolas de Direito, olhando para os desafios que se colocam ao sector numa altura em que a Inteligência Artificial promete mudar radicalmente a forma como se transmite e adquire conhecimento.

ALMERINDA ROMEIRA
aromeira@medianove.com

Se usou, declara que usou. Ponto. É desta forma que a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) começou a lidar com a Inteligência Artificial na avaliação. Paula Vaz Freire, diretora da maior Escola de Direito do país, revela ao Jornal Económico que “no presente semestre foi emitida uma orientação para que os trabalhos escritos desenvolvidos pelos estudantes apresentem referências claras ao uso de programas de IA, como o ChatGPT”.

A orientação cumpre um propósito, adianta: “A FDUL defende que é necessário garantir a manutenção da originalidade, da identidade e da equidade nas reflexões apresentadas pelos alunos em resenhas, trabalhos ou relatórios”.

Segundo a sua diretora, a FDUL “tem mantido uma reflexão interna sobre que papel desempenhará a Inteligência Artificial (IA) no ensino, se esta obrigará a alterações nas metodologias pedagógicas e também ao modo como moldará as carreiras na área do Direito dos nossos atuais e futuros estudantes”. A decisão de avançar com a medida resulta já dessa reflexão.

A Justiça é uma das áreas da sociedade onde o impacto da IA é visível, pelo menos, para quem pensa e tem responsabilidades no sector. “A aplicação da IA — explica Paula Vaz Freire — já faz parte do dia-a-dia do desempenho de profissões jurídicas, em particular, pelos Tribunais e pelos advogados. E tem colocado importantes desafios em virtude do desenvolvimento de modelos formais ou computacionais de conhecimento jurídico, de raciocínio e de tomada de decisão (como a tecnologia *predictive coding*), bem como o de saber-se lidar com as implicações jurídicas, éticas e sociais do uso de inteligência artificial no Direito”.

Para impulsionar o conhecimento nesta área, a FDUL criou, há dois anos, “um ambicioso programa” de pós-graduação, ministrado em inglês e que funciona em regime híbrido. Inteligência Arti-

ficial na Prática Jurídica e a sua Regulação conta com coordenação de Paulo Sousa Mendes e João Martins e a docência de renomados especialistas nacionais e internacionais. Tem recebido inscrições de alunos de todo o mundo.

A perspetiva da NOVA

Margarida Lima Rego, diretora da NOVA School of Law, uma Escola que se caracteriza pela inovação e pela novidade, diz ao JE que no mundo atual, mais do que nunca, a realidade todos os dias testa os limites das formas tradicionais de regular a vida em sociedade. Portanto, nada melhor do que os mais recentes desenvolvimentos da IA “para porem em evidência e nos obrigarem a refletir seriamente sobre a formação jurídica que deve ser oferecida às novas gerações de profissionais do Direito”.

Margarida Lima Rego parte do pressuposto fundamental de que nada voltará a ser como dantes. “A conceção do ensino como simples transmissão de conhecimento e a aposta na memorização e acumulação do saber enciclopédico estão definitivamente em crise”, dado que os atuais “sistemas de inteligência artificial conseguem compilar informação com muito maior rapidez e precisão do que qualquer mente humana, tornando obsoleta a insistência num empinar acrítico de factos e teorias”.

Facto é facto. E a NOVA School of Law olha para o facto com realismo. “O mundo atual é um mundo com IA. Ponto. Daqui em diante, a presença e a importância da IA no mundo só irá intensificar-se”, afirma Margarida Lima Rego. Logo, adianta: “a preparação de juristas com as competências e os conhecimentos adequados ao exercício das diversas profissões jurídicas nos próximos cinquenta anos implica a sua familiarização com as diversas ferramentas de IA ao seu dispor”.

Trocando por miúdos. “Se há tarefas que uma máquina consegue desempenhar bem melhor do que nós, outras há em que não só não nos substitui como, se as dominarmos, poderá transformar-nos numa versão melhorada de quem somos, juristas 2.0”.

Na perspetiva desta prestigiada académica, para se mover com destreza no novo quadro de oportunidades e desafios, a advocacia do futuro “terá de compreender a tecnologia que está ao seu dispor, aliando os tradicionais conhecimentos jurídicos aos saberes de outras áreas, tais como a programação e a computação em nuvem”. A habilidade para lidar com dados e identificar o seu potencial é também essencial, acrescenta.

Margarida Lima Rego diz ainda ao JE que a capacidade de usar as novas tecnologias implica igualmente a capacidade de identificar e compreender os seus limites. “A IA revela fortes dificuldades na capacidade de compreender o contexto, de ler nas entrelinhas, de identificar nuances, de fazer uso de qualidades não estritamente racionais, tais como a intuição e a empatia, tornando-a incapaz de lidar com a complexidade do mundo real naquilo que verdadeiramente se exige às profissões jurídicas, que é um saber fazer, mais do que um puro saber: a capacidade de resolverem problemas da vida”.

À partida, o homem dispõe de trunfos, que poderá aumentar e valorizar ainda mais para levar de vencida esta corrida. A formação é crucial. Em concreto, a NOVA School of Law, salienta a sua diretora, procura “desenvolver as competências em que a mente humana mais de destaca, formando profissionais dotados de pensamento crítico e da capacidade de resolução efetiva de problemas, fazendo uso de todos os benefícios que as novas tecnologias podem aportar, mas ao mesmo tempo estando conscientes de que a tecnologia é um auxiliar e nunca um substituto do raciocínio humano”.

A ótica da Católica Porto

Manuel Fontaine Campos, diretor da Escola do Porto da Faculdade de Direito da Universidade Católica, lembra ao JE que o tema da Inteligência Artificial está em desenvolvimento há anos. E que as sociedades de advogados têm vindo a testar “a sua utilização em processos repetitivos e de utilização de dados em massa”, o que possibilita “a alocação de recursos humanos para tarefas



Manuel Fontaine Campos
Diretor da Escola do Porto da Faculdade de Direito da Universidade Católica



Cristina Dias
Presidente da Escola de Direito da Universidade do Minho



Margarida Lima Rego
Diretora da NOVA School of Law



Paula Vaz Freire
Diretora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL)





Andrew Kaly / Reuters

mais “nobres”, de interpretação e de argumentação, com acentuação do pensamento criativo”.

A novidade, pode dizer-se, é a forma como, de um dia para o outro, no final de novembro de 2022, o tema galvanizou a sociedade com a disponibilização ao público do ChatGPT. Em apenas cinco dias, esta criação da empresa OpenAI conquistou mais de um milhão de utilizadores. Agitou o mundo, sobretudo nas áreas da comunicação e dos media, do ensino e da formação. Re (lançou) o debate sobre a forma de ensinar e de avaliar.

“Ainda estamos a avaliar de que modo essa e outras ferramentas similares poderão ser integradas no processo de ensino-aprendizagem, mas certamente que a opção não passará por proibir a sua utilização”, adianta o diretor da Escola do Porto da Faculdade de Direito da Católica. E explica a (provável) decisão. “Os perigos já identificados prendem-se com a entrega de trabalhos para avaliação que, se simplesmente “encomendados” a ferramentas de inteligência artificial, podem frustrar o objetivo de desenvolver nos estudantes um conjunto de competências de investigação. Por outro, dadas as “aluci-

nações” a que tais ferramentas ainda estão sujeitas, implicam o perigo de conterem dados falsos ou apenas parcialmente verdadeiros”.

Contas feitas, diz Manuel Fontaine Campos: “as oportunidades são várias, como, por exemplo, o facto de essas ferramentas constituírem verdadeiras máquinas produtoras de argumentos que, se avaliados com espírito crítico, podem ser um contributo válido na construção de respostas a questões de direito”.

Relembramos que a Escola do Porto da Faculdade de Direito da Universidade Católica tem estado de há uns anos a esta parte muito atenta ao tema, mais geral, da relação entre o Direito e as novas tecnologias, oferecendo na licenciatura a disciplina de Introduction to Law and Technology e, no mestrado, disciplinas mais específicas como Cibercrime, Direito da Proteção de Dados, Comércio Eletrónico e Regulação da Internet ou Novas Tecnologias e Direito Administrativo. Oferece ainda uma pós-graduação totalmente dedicada ao Direito e Tecnologia.

O ponto de vista da UMinho

Como qualquer outra escola ou instituição de ensino superior, também a Escola de Direito da UMinho (EDUM) está atenta ao tema da IA. “É evidente que há alguns perigos decorrentes da utilização da IA, veja-se o famoso ChatGPT. É importante, todavia, ver as oportunidades que daí decorrem”, salienta Cristina Dias, presidente da Escola de Direito da Universidade do Minho, ao JE.

Segundo esta responsável, a oferta formativa da Escola que dirige procura dar uma resposta especializada aos problemas jurídicos nas mais diversas áreas, nomeadamente ligadas à IA. A título de exemplo, refere o Mestrado em Direito e Informática, que visa identificar as questões jurídicas relativas à utilização da informática sob um ponto de vista tanto técnico como jurídico. Em funcionamento, pela primeira vez, este ano letivo está um mestrado em associação com Santiago de Compostela: o Mestrado em Direito Transnacional da Empresa e das Tecnologias Digitais.

As questões relativas às novas tecnologias e IA são também analisadas em unidades curriculares de outros mestrados ou no curso de doutoramento. Para quem não pretende uma formação graduada existem cursos breves, não conferentes de grau. Exemplos? Direito do Trabalho na Era Digital e Criminalidade Económica e Organizada. Em breve vai abrir a Formação Especializada em Governação Pública e Direitos Fundamentais na Era Digital, em articulação com entidades com interesse na área autárquica e no âmbito do PRR.

“Não posso deixar de assinalar - diz Cristina Dias - a realização na EDUM da International Conference on Artificial Intelligence and Law (ICAAIL), de 19 a 23 de junho, onde podemos refletir sobre muitas das questões em torno da IA”.

O debate está aberto. ■

IA NAS DECISÕES JUDICIAIS

A tecnologia em si não é má, depende das aplicações que o homem lhe der. A justiça digital representa um enorme desafio e vai ter consequências nas várias profissões jurídicas. O juiz José Joaquim Martins, assessor no Tribunal Constitucional (TC) e coordenador de um grupo de trabalho que refletiu ao longo de mais de um ano sobre a justiça digital, pôs o tema em cima da mesa do XII Congresso dos Juizes Portugueses, que se realizou em março, na Madeira. “Distingo dois planos”, afirmou. Primeiro plano. “A IA pode ser muito boa para nós. Pode ser uma espécie de assessor, um assistente digital pessoal”. Tomando como exemplo um julgamento. “Chego ao gabinete carrego num botão e tenho a transcrição de todos os meios de prova, dos testemunhos, tenho um resumo de tudo o que as partes alegaram, os argumentos utilizados, os factos que hei-de dar como provados ou não provados, pesquisa de legislação, pesquisa de jurisprudência, tudo formatado, tudo de acordo com o formato e o tipo de escrita que eu normalmente utilizo”, explicou.

Neste caso, tem uma utilidade virtuosa, mas é preciso olhar para um segundo plano. “Sou muito mais cético de usar (IA) para a fase seguinte, que é começar a ter decisões judiciais feitas por sistemas de IA”, afirmou José Joaquim Martins. O juiz deixou, assim, claro que os instrumentos de inteligência artificial podem servir para muitas tarefas, mas nunca deverão decidir processos judiciais. “Num processo criminal como é que vamos ensinar a um algoritmo o que é a dúvida? Qual é a dúvida? O que é que é uma dúvida razoável?” - deixou no ar.



ESCRITÓRIOS DE ADVOGADOS

Escolas e sociedades unem-se para dinamizar mercado

A Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica é uma das instituições que tem procurado assinar acordos com a indústria da advocacia, tendo parcerias formadas com VdA, PLMJ, Morais Leitão, Abreu, Sérvulo, Cuatrecasas e Eversheds Sutherland FCB.

MARIANA BANDEIRA
mbandeira@medianove.com

O conceito de casamento entre o conhecimento e a indústria também se verifica no mundo do Direito. Amiúde, estabelecimentos de ensino superior que formam futuros advogados, juristas ou juízes unem-se aos escritórios que, enquanto houver saída profissional, um dia os irão receber. A ideia é que não falem estagiários, associados ou sócios nas firmas nem professores ou oradores nas conferências das universidades. Quem ganha? Todos. Para os alunos, pode ser uma rampa de acesso aos seus potenciais superiores hierárquicos, prémios monetários consideráveis e quicá lançamento no competitivo mercado da advocacia.

Um dos *case studies* neste tipo de acordos é a Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universi-

dade Católica Portuguesa, que há vários anos tem procurado “estreitar as relações com as sociedades de advogados através de parcerias estratégicas”, que acredita contribuir “para a modernização e internacionalização do ensino, bem como para o desenvolvimento da investigação na área do Direito em Portugal”, segundo as palavras da diretora.

“Uma das características da nossa escola é a estreita ligação ao mercado de trabalho, em todas as áreas de ensino. Esta ligação traduz-se em inúmeras parcerias que se materializam em diferentes acordos. Estamos sempre abertos a novos projetos e em permanente ligação com o mercado com o objetivo de aprofundar parcerias existentes ou estabelecer novos acordos, seja com sociedades de advogados ou outras entidades”, começa por explicar Ana Taveira da Fonseca ao *Jornal Económico* (JE).



Estamos sempre abertos a novos projetos e em permanente ligação com o mercado com o objetivo de aprofundar parcerias existentes ou estabelecer novos”
Ana Taveira da Fonseca

A Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – também conhecida como Católica Lisbon School of Law – considera que é uma aposta na retenção e atração de profissionais qualificados, num momento em que a procura é elevada. Aliás, Portugal tem mais de 33 mil inscritos na Ordem dos Advogados e, como se tem vindo a confirmar, o número não para de aumentar. “Assistimos, neste momento, a uma grande procura de talento jovem. Todas estas parcerias são importantes para atrair e reter”, garante a diretora desta instituição.

Sete sociedades

O programa de patrocínios mais recente é o de “Chairs” e “Professorships”, no âmbito da Católica Global School of Law para fixar professores e investigadores internacionais. A Vieira de Almeida (VdA), a PLMJ, a Abreu Advogados e, em meados do primeiro tri-

mestre, a Eversheds Sutherland FCB encontraram mais-valias no plano e juntaram-se. De acordo com a faculdade, tem permitido reforçar “o corpo docente de referência”.

Assim, há quatro grandes acordos assinados, com as seguintes designações formais: *VdA Chair in Digital Governance*, *Abreu Professorship in Law and Innovation*, *PLMJ Chair in Law and Technology* e *Eversheds Sutherland FCB Professorship in International Corporate Law*. No total, são milhares de euros envolvidos, embora os valores formais não sejam conhecidos e continuem um tabu.

No caso do penúltimo, rubricado em março do ano passado com a Abreu, envolveu um protocolo de cooperação para criar uma unidade disciplinar de Direito Empresarial Internacional (*Chair in International Business Law*) e o patrocínio do LL.M. de Direito na Economia Digital (*Law in a Digital Economy*). Para se ter uma noção “palpável” dos trâmites destas cooperações, ainda no início de maio a Abreu e a Faculdade de Direito da Católica organizaram uma palestra inaugural em Direito e Inovação com o professor Giuseppe Mazzotti sobre, entre outros, os direitos dos criadores à remuneração numa economia digital dominada pelos gigantes do setor ou os direitos dos autores numa sociedade subjugada a algoritmos pouco transparentes. Os temas quentes da tecnologia aplicados ao “legalês” para conquistar os aprendizes, os assessores oriundos da geração Z que são autênticos nativos digitais.

Além dos patrocínios suprarreferidos, a Católica de Lisboa conta ainda com o patrocínio de outras sociedades de advogados, entre as quais a Sérvulo & Associados, a Morais Leitão e a Cuatrecasas, que patrocina programas de mestrado e LL.M., respetivamente. “No contexto da licenciatura em Direito, instituímos há muitos anos, em parceria com vários escritórios de advogados, os prémios de excelência que se destinam a premiar os alunos que se destacam com as melhores classificações em determinadas disciplinas. Adicionalmente, através do programa de Clínicas Legais, estabelecemos acordos com diferentes entidades, permitindo que, a partir do 3º ano da licenciatura, os alunos tenham um maior contacto com a prática”, conta ainda a professora académica.

Ana Taveira da Fonseca menciona também a atividade do Gabinete de Carreiras da faculdade, através do qual a Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Católica dinamiza a componente de formação profissional, por via da celebração de protocolos os alunos podem realizar fazer de curta duração nos escritórios ou noutras entidades. “Temos também estabelecido acordos com sociedades de advogados que apoiam a formação de alunos, através de programas de bolsas de estudo”, realça, em declarações ao JE. ■



CATOLICA
FACULDADE
DE DIREITO
ESCOLA DE LISBOA

CATOLICA
NEXT
FORMAÇÃO AVANÇADA EM DIREITO

2023-2024

12ª EDIÇÃO | SETEMBRO | PRESENCIAL

**DIREITO DAS
SOCIEDADES
COMERCIAIS**

7ª EDIÇÃO | SETEMBRO | HÍBRIDO

**DIREITO
IMOBILIÁRIO**

1ª EDIÇÃO | SETEMBRO | ONLINE

**DIREITO
MARÍTIMO**

NOVO

1ª EDIÇÃO | OUTUBRO | ONLINE

**DOING BUSINESS IN
EMERGING
MARKETS**

NOVO

6ª EDIÇÃO | OUTUBRO | HÍBRIDO

**DIREITO DA
ENERGIA**

7ª EDIÇÃO | OUTUBRO | ONLINE

**DIREITO DO
DESPORTO**

1ª EDIÇÃO | NOVEMBRO | PRESENCIAL

**CONTENCIOSO
CONTRATUAL,
MEDIAÇÃO E
ARBITRAGEM**

NOVO

1ª EDIÇÃO | NOVEMBRO | ONLINE

**INTERNATIONAL
TAXATION**

NOVO

NEXT
NA SUA FORMAÇÃO
EM DIREITO

www.fd.lisboa.ucp.pt

posgraduacoesdireito.sede@ucp.pt

CURSOS

Novas disciplinas procuram responder a desafios do século

Escolas estão a criar novas disciplinas e unidades curriculares nas licenciaturas e mestrados. Resposta aos desafios sociais passa também pelo aumento da oferta especializada e formações interdisciplinares com outras áreas.

ALMERINDA ROMEIRA
aromeira@medianove.com

Digitalização, inteligência artificial, alterações climáticas, regulação, desigualdade, ética... Os desafios da sociedade contemporânea são muitos e complexos e carecem de resposta multidisciplinar. As Escolas de Direito dizem estar a fazer a sua parte e anunciam novas disciplinas e unidades curriculares nos cursos de licenciatura e de mestrado, um aumento da oferta especializada na formação avançada e criação de formações interdisciplinares com outras áreas do conhecimento.

"A nossa oferta formativa está atenta às necessidades sentidas na comunidade jurídica e procura dar uma resposta especializada aos problemas jurídicos que se fazem sentir nas mais diversas áreas, nomeadamente ligadas à IA", afirma Cristina Dias, presidente da Escola de Direito da Universidade do Minho, ao *Jornal Económico*.

Já na capital, a NOVA School of Law vai lançar uma nova especialização do Mestrado em Direito dedicada ao Direito Público da Regulação. Margarida Lima Rego, diretora da Escola, explica ao *Jornal Económico* que esta oferta inclui algumas unidades curriculares de cariz generalista em áreas estruturantes do Direito Público, a que acresce um conjunto de disciplinas que abordam, de forma interdisciplinar e especializada, as diferentes vertentes e etapas da moderna intervenção pública regulatória: Direito e Políticas Públicas, Regulação e Riscos de Saúde Pública, Regulação e Riscos Ambientais, Direito Administrativo da Regulação, Auxílios de Estado, Direito das Contraordenações.

"Em todos os ciclos de estudos, damos continuidade à nossa forte aposta na inovação, consolidando a oferta de novas disciplinas que procuram dar resposta aos grandes desafios do séc. XXI", afirma, adiantando uma vasta lista de exemplos dos quais retiramos uma pequena amostra: Direito e Tecnologia, Direito e Sustentabilidade e Programação para Juristas na licenciatura, e, nos mestrados, Tecnologias Emergentes: Governação e Regulação, Ética e Regulação da Inteligência Artificial, Direito das Plataformas Eletrónicas, Direito da Proteção e Gestão de Dados, Cibercrime, Cibersegurança e Governação.

A última novidade, segundo Margarida Lima Rego, é a realização de



Foto cedida



A Escola está firmemente comprometida com a oferta de conteúdos inovadores que acompanhem as transformações económicas e sociais"

Miguel Correia, Católica NEXT

uma nova parceria com a Nova School of Business and Economics no âmbito do Mestrado em Direito e Economia do Mar – Governação do Oceano, classificado em 2022 pelo ranking da Eduniversal como o melhor mestrado do mundo no sector de *Maritime Business*.

Formação avançada na Escola de Lisboa da Católica
A Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica, através do seu departamento de ensino pós-graduado (Católica NEXT), vai colocar, no próximo ano letivo, à disposição dos advogados e outros profissionais na área do Direito uma oferta variada de pós-graduações e cursos breves. Do

abrangente portfólio constam, pelo menos, quatro novos lançamentos: Contencioso Contratual, Mediação e Arbitragem, Direito Marítimo, *Doing Business in Emerging Markets* e *International Taxation*.

Miguel Correia, coordenador do Católica Next, diz ao JE que "a seleção" de todas estas temáticas "visa assegurar que os advogados, e outros profissionais na área do Direito, se mantêm a par da evolução do mercado".

Na perspectiva da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Católica, essa adaptação assenta em três pilares: especialização, internacionalização e multidisciplinaridade. Nesse sentido vai o "plano curricular diversificado, interna-

cional e crescentemente interdisciplinar" que a Católica NEXT disponibiliza há vários anos. "A Escola está firmemente comprometida com a oferta de conteúdos inovadores que acompanhem as transformações económicas e sociais e os desafios que elas colocam ao Direito", salienta Miguel Correia.

Já no âmbito da licenciatura em Direito da Faculdade vai ser disponibilizada este ano, pela primeira vez, a disciplina de Direitos Fundamentais na Era Digital, revela a diretora da Escola de Lisboa, Ana Taveira da Fonseca, ao JE.

UPT promete novidades

A Universidade Portucalense vai apostar em formação avançada na

área do Direito, aliada ao conhecimento das novas tecnologias, que "permita ao profissional estar apto a enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades trazidas por essa revolução digital", adianta Maria Manuela Magalhães, diretora do Departamento de Direito da UPT, ao JE.

"É fundamental que os cursos estejam em constante atualização e que sejam revistos periodicamente, só assim conseguimos responder às necessidades do mercado", salienta. Acrescenta que todos os cursos desta universidade privada com sede na cidade Invicta têm uma forte componente prática.

Com o avanço das novas tecnologias, a formação avançada tornou-se ainda mais importante, o que na perspectiva da diretora do Departamento de Direito da UPT aponta o caminho. "Os profissionais do Direito devem procurar constantemente atualizações e melhoria das *soft skills*, para se adaptarem às mudanças trazidas pelas inovações tecnológicas". ■

Potencie a sua carreira!

Licenciatura em Direito

Dupla Licenciatura em Direito e em Gestão

Mestrado em Direito

- Direito Privado
- Direito Criminal
- Direito da Empresa e dos Negócios
- Direito Internacional e Europeu
- International Studies Programme
- Direito Fiscal
- Direito Administrativo
- Direito do Trabalho

Mestrado em Direito e Gestão

Doutoramento em Direito

Pós-Graduações

- Direito Administrativo
- Direito Aduaneiro Internacional
- Direito da Moda – Fashion Law
- Direito da Saúde
- Direito das Sociedades Comerciais
- Direito do Trabalho e da Segurança Social
- Direito dos Valores Mobiliários e Direito Bancário
- Direito e Tecnologia
- Direito Imobiliário
- Direito Intelectual
- Interdisciplinar em Direitos Humanos
- Negociação, Mediação e Resolução de Conflitos
- Organização e Gestão no Futebol Profissional



CATOLICA
FACULDADE
DE DIREITO

ESCOLA DO PORTO

Saiba mais
fd.porto.ucp.pt



Candidaturas
candidaturas.porto@ucp.pt
☎ 939 450 000 / 939 450 012



JE TALKS

“Inteligência Artificial? O Direito terá de se adaptar”

As ferramentas ligadas à Inteligência Artificial já permitem trabalhar o raciocínio e ajudam a criar argumentos, tendo por base processos jurídicos anteriores. Tudo muda, tanto para os estudantes, como para os profissionais e docentes.

TOMÁS GONÇALVES PEREIRA
tpereira@medianove.com

A Inteligência Artificial (IA) está a mudar a forma como os profissionais do Direito trabalham, não apenas porque já existe capacidade para criar argumentos sustentados e convincentes aos olhos de quem decide, como é o caso dos juízes, mas também porque por esta altura já se conhecem diferenças nas universidades, tanto ao nível da investigação, como no que diz respeito ao ensino, com alterações nas licenciaturas, mestrados e pós-graduações. Ainda assim, existem perigos ligados a estas tecnologias, nomeadamente os relacionados com o gerar de informações falsas como se fossem factos reais.

Estas temáticas estiveram em foco na JE Talks desta semana, que contou com a participação de Manuel Fontaine Campos, diretor da Escola do Porto da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, que referiu que o contexto atual é de transformação no sector, com o aparecimento de fer-

ramentas inteligentes que geram texto, como é o caso do ChatGPT.

De acordo com este prestigiado professor, importa agora saber que alterações vão ser impostas por este tipo de ferramentas na vida real, já que “o Direito, aplicando-se à realidade, também vai ter de se adaptar e mudar”.

Manuel Fontaine Campos recorda que a IA não é um conceito novo, estando em desenvolvimento há vários anos. O que acontece é que, nos últimos tempos, as alterações se deram muito rápido, com uma “transformação” que se revelou “decisiva”.

“A disponibilização ao público destas ferramentas da linguagem, como o ChatGPT, coloca a Inteligência Artificial num patamar diferente daquele em que até agora era colocada”, sublinha, dizendo mesmo que já se observam alterações na “prática jurídica”. No passado, as funções atribuídas à IA estavam ligadas a trabalhos morosos para os profissionais, como é o caso do tratamento de dados em bruto.

Ainda assim, na atualidade, as coisas estão substancialmente dife-

rentes e a IA chega agora muito mais longe nas suas capacidades e, por consequência, no seu impacto, particularmente na área do Direito.

Uma das ferramentas que está em destaque é o ChatGPT, que permite, por exemplo, pesquisar quais têm sido as respostas dos tribunais em determinadas situações. Ora, mediante isto, é já possível criar argumentos bastante válidos e coerentes relativos às mais variadas temáticas, tendo por base não só a matéria ligada ao direito, como também decisões de juízes que sigam a mesma linha da argumentação apresentada.

Os argumentos em causa podem mesmo ser usados com eficácia em processos jurídicos, segundo relata Manuel Fontaine Campos, que até já fez simulações concretas, de forma a testar as possibilidades disponíveis. A mesma plataforma permite ainda ajudar estudantes e profissionais da área a desenvolver competências de pensamento criativo, de interpretação do direito e de argumentação jurídica, a título de exemplo.

Por outro lado, o surgimento deste tipo de ferramentas levanta

também diversos problemas. No caso do ensino nas universidades, os alunos podem já inserir determinados dados no ChatGPT de forma a obter texto como se este fosse decorrente de um trabalho de investigação dos próprios. Além disto, também existem riscos ligados à prática jurídica, como a criação de informações falsas, como é o caso de autores que teriam escrito sobre determinados temas, o que não corresponde à verdade, ou supostos casos de Justiça que, na realidade, não aconteceram.

Com a União Europeia a trabalhar na regulamentação das ferramentas de inteligência artificial, o docente alerta para a necessidade de não serem criadas demasiadas restrições, de forma que as ferramentas em causa possam desenvolver-se da melhor forma possível.

“Tem de se ter algum cuidado em não restringir demasiado o desenvolvimento desta tecnologia”, alerta, “porque isso pode levar a que não se beneficie como se poderia beneficiar, de outro modo, de todas as vantagens que essa tecnologia nos pode trazer”. ■



Assista ao programa
no seu smartphone
através deste QR Code
ou em www.jornaleconomico.pt



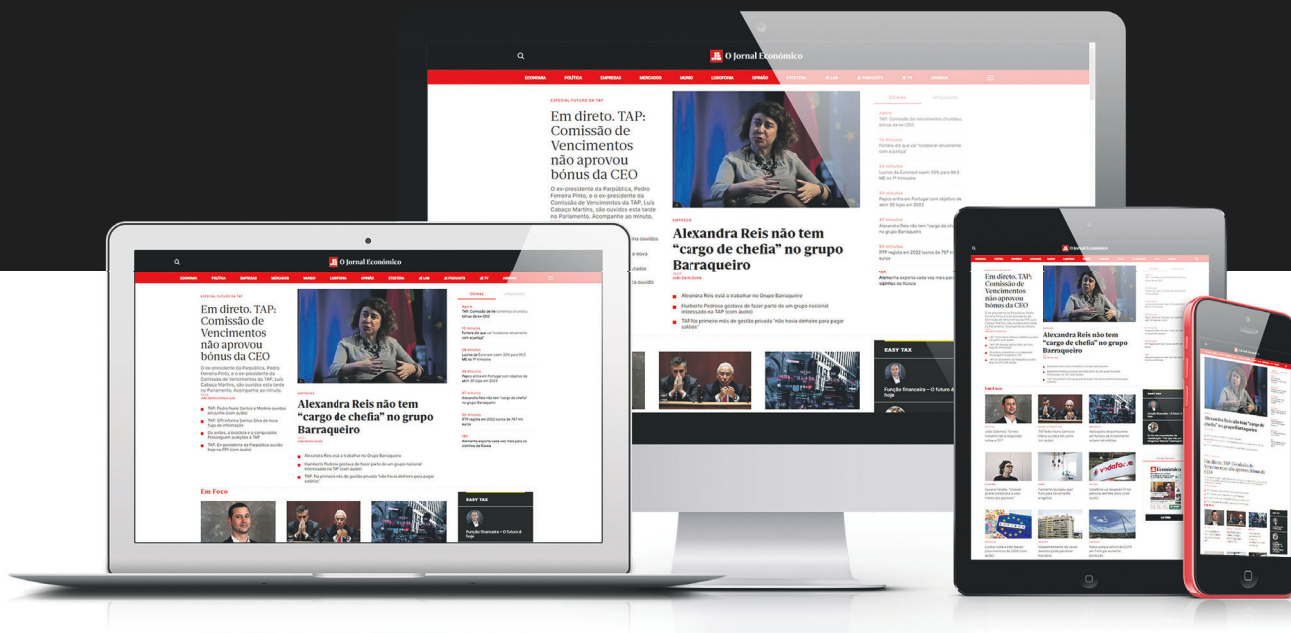
www.jornaleconomico.pt



O mesmo rigor, uma nova imagem

O JE tem um novo site,
mais moderno, que lhe traz:

- Experiência em mobile otimizada
 - Área dedicada ao leitor
 - Layout mais intuitivo
 - Navegabilidade acessível



Conheça o novo site

FÓRUM

Os desafios de ensinar Direito para a sociedade do futuro

Escolas falam ao JE dos desafios que se colocam e revelam como estão a preparar os futuros advogados e os futuros juristas para o exercício de funções numa sociedade, que se prevê cada vez mais digital e tecnológica. **POR ALMERINDA ROMEIRA**

1. Como está a sua Escola a preparar os futuros advogados para exercerem numa sociedade e economia cada vez mais digitais?



TITO RENDAS
Diretor Executivo da Católica
Global School of Law

São duas as grandes formas através das quais a Católica Global School of Law tem vindo a preparar os seus alunos para esta nova era. Primeiro, através da atualização da oferta curricular da escola, que passou, desde logo, pelo lançamento do LL.M. Law in a Digital Economy em 2020, com várias disciplinas em que é promovido o pensamento crítico acerca dos desafios de uma sociedade cada vez mais digitalizada e automatizada. Uma dessas disciplinas é *The Law of Artificial Intelligence*, que conta com sessões dedicadas à reflexão sobre os desafios de ordem jurídica e ética suscitados por ferramentas como o ChatGPT. Para além desse LL.M., temos também vindo a criar disciplinas transversais aos nossos vários programas, que se destinam a dar aos alunos competências que vão além do conhecimento jurídico e que serão essenciais ao exercício competente da profissão neste novo mercado. Um exemplo recente é o seminário *Data Science for Lawyers*, que é oferecido nos nossos três programas de LL.M. Em segundo lugar, temos vindo a estimular a adoção de estratégias pedagógicas inovadoras, tais como a integração de tecnologias de ponta em contexto de sala de aula. No próximo ano inauguraremos o seminário *The Law of the Metaverse*, que terá sessões que serão ministradas aos alunos no próprio metaverso, permitindo-lhes assim adquirir uma compreensão mais rica do objeto de estudo da disciplina.



MARGARIDA LIMA REGO
Diretora da NOVA
School of Law

Hoje, mais do que nunca, a realidade testa constantemente os limites das formas tradicionais de regular a vida em sociedade. As respostas aos novos desafios impõem uma atitude de abertura à inovação. Na NOVA School of Law não olhamos para a transição digital como uma fonte de preocupações. Daqui em diante, a presença e a importância da tecnologia no mundo só irá intensificar-se. Logo, a preparação de juristas com as competências e os conhecimentos adequados ao exercício da advocacia nos próximos cinquenta anos implica a sua familiarização com as diversas ferramentas tecnológicas ao seu dispor. Se há tarefas que uma máquina consegue desempenhar bem melhor do que nós, outras há em que não só não nos substitui como, se as dominarmos, poderá transformar-nos numa versão melhorada de quem somos, juristas 2.0. Para se mover com destreza no novo quadro de oportunidades e desafios, a advocacia do futuro terá de compreender a tecnologia que está ao seu dispor, aliando os tradicionais conhecimentos jurídicos aos saberes de outras áreas. Na NOVA School of Law, procuramos desenvolver as competências em que a mente humana mais de destaca, formando profissionais dotados de pensamento crítico e da capacidade de resolução efetiva de problemas, fazendo uso de todos os benefícios que as novas tecnologias podem aportar, mas ao mesmo tempo estando conscientes de que a tecnologia é um auxiliar e nunca um substituto do raciocínio humano. Alguns exemplos de disciplinas que oferecemos em que esta preocupação é mais evidente: Programação para Juristas, Tecnologias Emergentes: Governação e Regulação, Ética e Regulação da Inteligência Artificial, Direito das Plataformas Eletrónicas, Direito da Proteção e Gestão de Dados, Cibercrime, Cibersegurança e Governação.



MANUEL FONTAINE CAMPOS
Diretor da Escola do Porto
da Faculdade de Direito da Universidade
da Católica Portuguesa

Em primeiro lugar, a Faculdade está focada em formar para a excelência técnico-jurídica. Em qualquer domínio do Direito, incluindo naqueles já tocados pelas transformações do mundo digital, continua a ser a pedra de toque que distingue o bom do mau jurista. O conhecimento rigoroso dos princípios, da estrutura e dos conceitos dos principais ramos do Direito, bem como o domínio do chamado "raciocínio jurídico" para a resolução de "questões de Direito", através de um adequado desenvolvimento das capacidades de interpretação e de argumentação, eram e continuam a ser saberes e competências essenciais para qualquer jurista. Para além disso, tendo em conta que as ferramentas que o mundo digital vem proporcionando tornam importante o desenvolvimento de capacidades únicas do ser humano e que as máquinas ainda não conseguem totalmente emular, a Faculdade procura desenvolver a criatividade, a inteligência emocional ou o pensamento crítico, entre outras. Em segundo lugar, a Faculdade proporciona e exige a todos os estudantes de licenciatura a demonstração de um domínio de ferramentas das tecnologias da informação. A Faculdade oferece ainda, nesse ciclo de estudos, a disciplina de *Introduction to Law and Technology*; no mestrado, unidades curriculares como Cibercrime, Direito da Proteção de Dados, Comércio Eletrónico e Regulação da Internet ou Novas Tecnologias e Direito Administrativo; e uma pós-graduação totalmente dedicada ao Direito e Tecnologia.



CRISTINA DIAS
Presidente da Escola de Direito
da Universidade do Minho

A nossa oferta formativa está atenta às necessidades sentidas na comunidade jurídica e procura dar uma resposta especializada aos problemas jurídicos que se fazem sentir nas mais diversas áreas, como a Inteligência Artificial. Prova disso é a procura regular que os nossos cursos têm ao longo dos vários anos, quer por estudantes nacionais quer internacionais. Para que assim seja, estamos constantemente atentos ao surgimento de novos desafios que se traduzem em novas áreas de especialização dos conhecimentos ao nível da nossa oferta formativa graduada.



PAULA VAZ FREIRE
Diretora da Faculdade de Direito
da Universidade de Lisboa (FDUL)

A aplicação da Inteligência Artificial (IA) já faz parte do dia-a-dia no desempenho de profissões jurídicas, em particular, pelos Tribunais e pelos advogados. E tem colocado importantes desafios em virtude do desenvolvimento de modelos formais ou computacionais de conhecimento jurídico, de raciocínio e de tomada de decisão (como a tecnologia *predictive coding*), bem como o de saber-se lidar com as implicações jurídicas, éticas e sociais do uso de inteligência artificial no Direito. A FDUL tem desenvolvido no currículo dos cursos ferramentas para dar resposta a estes desafios de hoje e que continuarão a colocar-se no futuro com o desenvolvimento da IA. Assim, as matérias relativas à transição digital já estão presentes na formação dos nossos alunos, sob diversos prismas, como a proteção de dados pessoais, a disciplina dos mercados e serviços digitais, o cruzamento entre a IA e a propriedade intelectual, a responsabilidade civil, o direito da concorrência, a ciber segurança, para citar apenas alguns exemplos. A FDUL criou, há já dois anos, um ambicioso programa de pós-graduação, ministrado em inglês e que funciona em regime híbrido. Inteligência Artificial na Prática Jurídica e a sua Regulação conta com a docência de renomados especialistas nacionais e internacionais e tem recebido inscrições de alunos de todo o mundo. Com esta pós-graduação, a FDUL está a cumprir a sua missão de formar juristas que se adaptem a desafios que se colocam já na atualidade, como a transição digital, com um programa atento ao rigor e à qualidade que caracteriza a nossa instituição.



ANA TAVEIRA DA FONSECA
Diretora da Escola de Lisboa
da Faculdade de Direito
da Universidade Católica Portuguesa

Na Licenciatura em Direito, oferecemos várias disciplinas optativas na área do direito e tecnologia como, por exemplo, Direito e Inteligência Artificial, *Blockchain and the Law*, *Introduction to Law in a Digital Economy*, *Digital Surveillance*, *Digital Governance*, e *Technology and the Laws of War*. Este ano, vai ser disponibilizada pela primeira vez a disciplina de Direitos Fundamentais na Era Digital. Nos mestrados lecionados em língua portuguesa, os alunos podem frequentar disciplinas como Fiscalidade das Indústrias Digitais e Plataformas Digitais. O Católica Research Centre for the Future of Law tem uma linha de investigação interdisciplinar dedicada ao estudo do direito e inteligência artificial, que congrega investigadores nacionais e estrangeiros de diferentes áreas do saber, nomeadamente direito, engenharia e neurociências.



JOSÉ A. R. LORENZO GONZÁLEZ
Director da Faculdade de Direito
e Coordenador da licenciatura
em Direito da Universidade Lusíada (UL)

A Faculdade de Direito da Universidade Lusíada (UL) cuida da preparação de futuros juristas e não só de futuros advogados. Levando isto em consideração, tem sido preocupação constante da UL reforçar a preparação dos seus estudantes, entre outras, em áreas relacionadas com as chamadas novas tecnologias. Logo no 1.º ano do 1.º ciclo (licenciatura em Direito), a UL procurou integrar, há já vários anos, uma UC (Unidade Curricular) de "Metodologia da Investigação e Tecnologias da Informação", que, entre outros propósitos, também se destina – como a própria designação inculca – a dar formação inicial no uso das tecnologias digitais.

Ao longo do curso, há diversas UC's – como as de "Direito das Pessoas e Situações Jurídicas", "Direito da Responsabilidade", "Direito Processual Penal", "Prova e Recursos em Processo Penal", "Direito da Atividade Comercial" ou "Direito da Comunicação" – que, no seu conteúdo programático, incorporam formação em áreas ligadas à sociedade digital (v.g.: *smart contracts*, formação de contratos à distância, *e-persons*, responsabilidade pela utilização de veículos autónomos, reconhecimento facial, policiamento preditivo). Além disso disponibilizam-se UC's optativas – integradas na oferta formativa de outras licenciaturas pertencentes à Faculdade de Direito (Políticas de Segurança, designadamente) – suscetíveis de serem frequentadas pelos estudantes de Direito (v.g.: "Segurança da Informação", "Sistemas Tecnológicos de Segurança", "Investigação Criminal") e capazes de proporcionar instrução na área dos serviços digitais. É sobretudo, porém, no âmbito do 2.º ciclo (mestrado em Direito) que estas matérias são mais aprofundadamente consideradas. Especialmente, nas UC's de Responsabilidade Civil (Avançado) e de Direito Comercial e das Empresas (Avançado). Esta formação atenta às novas realidades tem ocasionado resultados muito relevantes em termos de investigação científica. Com efeito, são já numerosas, primeiro, as dissertações de mestrado a versar sobre as implicações jurídicas trazidas pelo recurso massificado às novas tecnologias. É igualmente importante, por outro lado, a quantidade e qualidade de artigos científicos publicados por investigadores integrados no centro de investigação da UL (CEJEA), em diversos locais, sobre v.g. inteligência artificial, *fake news* ou comércio eletrónico. Por fim, sublinha-se ainda que a atenção prestada a esta área tem facultado igualmente a concretização de conferências ou colóquios – transmitidos por via eletrónica para o exterior (através v.g. da JusiçaTV

ou do Youtube) – dedicados ao mesmo tema e que muito têm contribuído para a formação dos estudantes. Acresce, no que respeita a meios e instrumentos pedagógicos, que o recurso ao moodle, a disponibilização de conteúdos digitais pelos mais diversos meios e a utilização intensiva de plataformas de comunicação à distância, fazem já parte do quotidiano de estudantes e docentes.



PAULO DE TARSO DOMINGUES
Diretor da Faculdade de Direito
da Universidade do Porto (FDUP)

Sendo a Faculdade de Direito da Universidade do Porto uma das mais jovens e inovadoras Faculdades de Direito portuguesas, encontra-se particularmente atenta à preparação dos futuros advogados para o exercício de funções na sociedade do futuro, que se prevê cada vez mais digital. Os seus docentes e investigadores procuram que os conhecimentos transmitidos aos estudantes plasmem os desenvolvimentos mais recentes da investigação científica, nacional e internacional, atualmente muito focada nas questões digitais. Para alimentar o ensino dos nossos estudantes com uma perspectiva atualizada e a par das transformações digitais muito contribui a investigação que os docentes da FDUP desenvolvem, nomeadamente através dos seus centros de investigação. Confirmação desta especial preocupação é o projeto em curso no Centro de Investigação Jurídica da FDUP "It's a wonderful (digital) world": O direito numa sociedade digital e tecnológica", que reflete sobre os desenvolvimentos tecnológicos das últimas décadas, que transformaram profundamente a vida quotidiana, da esfera familiar e individual à esfera profissional e coletiva e sobre os problemas que esta nova era coloca ao Direito, sob um ponto de vista interdisciplinar. Também a Criminologia, que a par do Direito constitui a oferta formativa da FDUP, está atenta aos desafios que a cibercriminalidade apresenta aos cidadãos e às empresas, à comunidade científica, ao sistema de justiça e à investigação criminal. Prova disso é a publicação da obra "Cibercriminalidade - Novos Desafios, Ofensas e Soluções", coautorada por diversos docentes e investigadores da FDUP, que se afigura uma das mais atualizadas e completas fontes de informação científica sobre esta temática no nosso país. É neste solo fértil, de ciência inovadora e interdisciplinar, que tentamos formar os nossos alunos da FDUP, nomeadamente aqueles que virão a ser os advogados do futuro.



RUBÉN BAHAMONDE
Subdiretor do Departamento
de Direito da Universidade
Autónoma de Lisboa (UAL)

A digitalização da economia e da sociedade é um fenómeno que lança novos desafios em todos os âmbitos profissionais, no entanto, existem diversas matérias no que diz respeito à preparação dos futuros advogados que merecem a nossa especial atenção quer a nível da licenciatura em Direito quer nos programas de mestrado. Relativamente à utilização de redes sociais, em diversas Unidades Curriculares (UC's) da licenciatura, esta questão é abordada no âmbito do direito à vida privada e à intimidade, assim como na utilização de informações dos utentes e na proteção de dados. Esta última matéria cada vez mais relevante no novo contexto jurídico digital. Um outro aspeto importante prende-se com as plataformas digitais, que estabelecem novos paradigmas de modelos económicos, "plataformização" da economia, gerando interessantes desafios em termos do Direito do trabalho, do Direito da concorrência, ou do Direito do consumo e as correspondentes exigências regulatórias do setor. Neste âmbito, em UC's como Direito do Trabalho, Direito Comercial, e Direito Económico, na licenciatura em Direito, são tratadas estas matérias, ainda que de forma embrionária. A nível do Mestrado, os temas propostos para desenvolvimento das investigações dos alunos em UC's como Direito dos Contratos Cíveis e Comerciais e Direito Económico da Regulação e Concorrência versam sobre estas novas realidades. Complementarmente, organizamos diversas palestras internacionais como foi o caso do Congresso Internacional sobre Plataformas e Serviços Digitais realizado no corrente ano de 2023. Também é conferida relevância às moedas virtuais, NFT's, *smart contracts* e tecnologia *block chain*, Inteligência Artificial e a sua interação com os Direitos de Autor e a Propriedade Industrial, assim como os desafios da sua regulação. Os planos curriculares são predominantemente estáticos pelo que a adaptação curricular para colmar o crescente tratamento de matérias novas, como a digitalização da economia desde uma perspectiva jurídica, faz-se na licenciatura em Direito, com a identificação das matérias dentro das UC's e o seu desenvolvimento através da promoção de seminários e congressos. Nos programas de mestrado existe um maior enfoque no desenvolvimento de pesquisa sobre estas temáticas tão atuais, dinâmicas e relevantes no desenvolvimento socioeconómico.



MARIA MANUELA MAGALHÃES
Diretora do Departamento
de Direito da Universidade
Portugalense (UPT)

A Universidade Portugalense ao ministrar o 1.º Ciclo de Estudos em Direito aos seus alunos tem a preocupação de transmitir o máximo de conhecimento possível em todas as áreas do Direito, de forma a capacitar os seus alunos para o exercício das múltiplas profissões que a licenciatura em Direito viabiliza, não sendo o ensino focado apenas para o exercício da advocacia que é, apenas, uma das múltiplas saídas profissionais. Contudo, sem descurar que o exercício da advocacia continua a ser uma das saídas profissionais mais procurada pelos estudantes que escolhem o Direito para a sua formação académica e também não desconsiderando o facto de que, atualmente, no exercício desta profissão, como em outras, o uso de novas tecnologias é efetivo e traduz-se num fenómeno em constante evolução. A Universidade Portugalense, consciente deste facto, já adotou e implementou medidas de adaptação dos conteúdos programáticos de algumas unidades curriculares do plano de estudos, designadamente explicando o uso e modo de funcionamento das plataformas atualmente usadas na gestão processual nos Tribunais em Portugal, como o caso do CITIUS e SITA, formas de pesquisa online de jurisprudência nacional e internacional, promovendo sessões e aulas abertas sobre cibersegurança. A Universidade Portugalense tem também apostado na aquisição de equipamentos tecnológicos modernos que permitem fomentar a aprendizagem online e fomentar a interação entre alunos e docentes em contexto de sala de aula. A Universidade está ainda a implementar e a estabelecer parcerias com empresas tecnológicas externas, para que estas possam transmitir aos nossos alunos o que mais inovador e vanguardista existe no âmbito das novas tecnologias e que auxiliem no exercício da advocacia.